

ESTRATÉGIAS ANTICAPACITISTAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: concepções que estruturam a escola e a sociedade

Priscila Ribeiro Viana¹ , Luciana de Oliveira Rocha Magalhães¹ 

RESUMO

Este artigo é um recorte de uma pesquisa de mestrado em andamento do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação, da Universidade de Taubaté. Tem como objetivo trazer o andamento das análises desta pesquisa que buscam compreender em conjunto com a equipe do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), as lacunas presentes no funcionamento e apoio aos(as) estudantes público-alvo da Educação Especial, matriculados(as) em um campus do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de São Paulo. O artigo apresenta uma das categorias analisadas na dissertação, que teve como foco principal as discussões sobre o capacitismo, forma que nomeia o preconceito e discriminação às pessoas com deficiência. O objetivo do presente trabalho consiste em compreender as concepções do capacitismo enraizadas na sociedade e reproduzidas dentro das instituições de ensino, o que prejudicam o processo de escolarização e desenvolvimento dos(as) estudantes com deficiência. O estudo é de abordagem qualitativa e desenvolvido por meio de uma pesquisa colaborativa. Foram convidados(as) para participar deste estudo os(as) membros(as) do NAPNE de um campus da região metropolitana do Vale do Paraíba Paulista. Utilizou-se como instrumento para produção de informações a Roda de Conversa. As informações foram interpretadas a partir da análise de conteúdo de Bardin (2016). Espera-se que este estudo possa contribuir com o alargamento e fortalecimento das ações do Núcleo, possibilitando minimizar barreiras e limitações capacitistas. Dessa forma, poderá servir como incentivo na construção de uma escola que respeite e valorize as diferenças e a diversidade.

Palavras-chave: Capacitismo, Modelo Médico, Modelo Social, NAPNE, Pessoa com Deficiência.

ANTI-ABLEISTS STRATEGIES IN PROFESSIONAL EDUCATION: school and society structural conceptions

ABSTRACT

This article is part of an ongoing master's research in the Graduate Program of the Professional Master's in Education, at the University of Taubaté. It aims to show the progress of the analyzes of this research that seek to understand, together with the team of the Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), the gaps present in the functioning and support of students target audience of Special Education, enrolled in a campus of the Federal Institute of Education, Science and Technology of São Paulo. The article presents one of the categories analyzed in the dissertation, which had as its main focus the discussions about ableism, a form that names prejudice and discrimination against disabled people. The objective of this work is to understand the conceptions of ableism rooted in Society and reproduced within educational institutions, which harm the process of schooling and development of students with disabilities. The study has a qualitative approach and was developed through collaborative research. Members of the NAPNE from a campus in the metropolitan region of Vale do Paraíba Paulista were invited to participate in this study. The Conversation Circle was used as an instrument for producing information. The information was interpreted from the content analysis of Bardin (2016). It is hoped that this study can contribute to the expansion and strengthening of the Nucleus' actions, making it possible to minimize ableism barriers and limitations. In this way, it can serve as an incentive to build a school that respects and values differences and diversity.

Keywords: Ableism, Medical Model, Social Model, NAPNE, Disabled People.

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo- IFSP

² Universidade de Taubaté - UNITAU

Autor Correspondente: Priscila Ribeiro Viana

E-mail: priscila.viana@ifsp.edu.br

Recebido em 06 de Junho de 2023 | Aceito em 23 de Novembro de 2023.

INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte da análise da pesquisa de mestrado em andamento intitulada: Desafios e possibilidades do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) de um campus do IFSP, como autorização concedida pelo CEP da UNITAU sob número: 5.303.444 de 21 de março de 2022 e pelo CEP do IFSP sob número: 5.332.739 de 05 de abril de 2022. Está inserida na área de concentração das pesquisas desenvolvidas no Grupo de Pesquisa intitulado “Educação: desenvolvimento profissional, diversidade e metodologias”. Está vinculada à linha de pesquisa “Formação Docente e Desenvolvimento Profissional”, do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação, da Universidade de Taubaté – MPE UNITAU, junto ao Projeto de pesquisa “Processos e práticas de formação”, cujo objetivo é estudar os processos de formação docente para a Educação Básica e políticas de formação continuada, na perspectiva do desenvolvimento profissional.

A dissertação desenvolvida por nós tem por objetivo analisar, em conjunto com a equipe do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), as lacunas presentes no funcionamento e apoio aos(as) estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE), matriculados(as) em um campus do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de São Paulo (IFSP).

O estudo de abordagem qualitativa foi desenvolvido por meio de uma pesquisa do tipo colaborativa e procurou refletir, ao proporcionarmos momentos de escuta aos participantes por meio de Rodas de Conversa, sobre as lacunas e possibilidades presentes no apoio ao(a) estudante PAEE e na construção de uma escola que acolha as diferenças e diversidade. A partir da análise das narrativas expostas pelos(as) partícipes, interpretadas à luz da Análise de Conteúdo de Bardin (2016), esperamos que o trabalho possa contribuir com o alargamento e fortalecimento das ações do NAPNE, possibilitando minimizar barreiras e limitações capacitistas apresentadas. Dessa forma, poderá servir como incentivo na construção de um ambiente escolar que respeite e contemple o(a) estudante como singular e único(a), mas nunca deixando de lado o fato de pertencer a uma coletividade, potencializando assim, suas habilidades.

Na análise da primeira categoria, intitulada: Concepções que estruturam a escola e a sociedade, um ponto importante que saltou aos nossos olhos, sendo o principal foco das discussões desta categoria, foi o capacitismo. Nas narrativas dos(as) partícipes fica claro, em alguns momentos, o incômodo diante da naturalização da desigualdade. Ao mesmo tempo e de forma contraditória, trazem aspectos que reforçam o capacitismo e a visão hegemônica dentro da escola. A construção desta categoria, que remete a reflexões acerca da estrutura social e sua formação, se constitui a partir dos quatro seguintes eixos temáticos: 1-concepções sobre a diversidade social e escolar, que aborda o papel da escola diante da diversidade, revelando suas concepções ainda capacitistas e resistentes à mudança; 2- concepções de Educação Especial-Inclusiva relatadas pelos(as) participantes; 3- barreiras vivenciadas pelos(as) estudantes com deficiência na sociedade e manifestadas dentro da escola, o que interfere diretamente no percurso escolar dos(as) estudantes; 4- perspectiva da escola frente ao mundo do trabalho.

As narrativas dos(as) partícipes trazem importantes reflexões sobre o papel da escola: mesmo diante de tanto fracasso e necessidade de transformações, ela continua estagnada ou com mudanças muito lentas voltadas tão somente ao acolhimento das diferenças. Insiste em concepções conteudistas, concepções de educação bancária que não cabem mais nos dias atuais, que buscam um padrão de aluno ideal; são escolas classistas, segregatórias e medem a qualidade do ensino baseadas apenas em resultados quantitativos. Assim sendo, a lógica da escola ainda está voltada ao mercado de trabalho e às necessidades das empresas, o que, conseqüentemente, leva à competição e à concorrência meritocrática de uma sociedade capitalista perversa que busca sempre aumentar seus lucros, independentemente do que ocorra. A quebra destas concepções capitalistas se faz urgente dentro das escolas para que estas possam compreender seu papel na for-

mação integral do(a) estudante, uma formação que possibilita igualdade de oportunidades, que seja voltada à cidadania e aos valores, ou seja, uma educação anticapacitista.

Em conformidade com Magalhães (2021), a educação precisa ser um ato social e crítico de reflexão-ação-reflexão que estabeleça a pessoa como parâmetro central, e não apenas o mercado de trabalho. Uma educação que estimule a compreensão crítica, integral, democrática, inclusiva e transformadora. Portanto, a escola precisa parar de ser reprodutora de preconceitos para passar a ser um alicerce na luta por transformações, tendo a diversidade como um dos principais valores educativos.

Desse modo, para começar a trilhar o caminho em direção à inclusão escolar dos(as) estudantes PAEEs precisamos compreender que os limites encontrados pelas pessoas com deficiência são criados pela sociedade. Ou seja, para que a pessoa possa participar plenamente da vida em sociedade, esta precisa romper com concepções estereotipadas e crenças falsas a respeito das pessoas com deficiência. De acordo com Magalhães (2021), “ao mesmo tempo em que a sociedade é a gênese da exclusão das pessoas consideradas diferentes, ela contém em si o gérmen da mudança, soluções eminentemente culturais e sociais” (p.211). Consequentemente, é preciso que todos compreendamos que o estigma e os obstáculos não estão na deficiência, mas sim nos modelos padronizados impostos pela sociedade.

Em vista disso, consideramos a compreensão do capacitismo como um fenômeno estrutural, e seu rompimento dentro do espaço escolar é essencial para construção de um ambiente acessível, que reconheça e valorize as diferenças e singularidades de todos(as) seus(suas) estudantes. Para concluir, de maneira reta, este caminho enfatiza a premência do objetivo deste artigo, qual seja, o de compreender as concepções do capacitismo enraizados na sociedade e reproduzidas dentro das instituições de ensino.

2 CAPACITISMO PARA ALÉM DA APARÊNCIA

Capacitismo é usado para se referir à discriminação e ao preconceito social contra a pessoa com deficiência, termo bastante debatido atualmente. Conforme Magalhães (2022), o capacitismo diz respeito às condutas sociais, estruturadas em nossa sociedade pela concepção biologizante do chamado modelo médico, que segrega, oprime, desvaloriza e inferioriza diante das diferenças e deficiências.

No Brasil, o termo capacitismo foi sugerido pela antropóloga Anahi Guedes de Mello. De acordo com a autora, não ter um léxico ativo na língua portuguesa que representa o preconceito contra a pessoa com deficiência já demonstra e reforça a invisibilidade social e política sofrida por este grupo. Como posto por Mello (2016, 2020), do mesmo modo que hoje, após tantas lutas e discussões, o racismo substituiu a expressão “discriminação por motivo de cor da pele”, o sexismo substituiu a “discriminação contra as mulheres” e a homofobia substituiu “discriminação por orientação sexual”, era essencial uma expressão que substituísse a “discriminação por motivo de deficiência”.

Da mesma forma, consideramos que é preciso dar nomes às discriminações sofridas, para que possamos dar visibilidade na questão, além de tentarmos quebrar as barreiras impostas pela estrutura social da corporatividade, que estabelece a crença de que corpos com deficiência não estão nos padrões valorizados pela sociedade, sendo considerados em tais casos inferiores e incapazes. Por isso, é vital utilizarmos o termo capacitismo para darmos visibilidade às discriminações e violências sofridas pelas pessoas com deficiência, e para reforçarmos as lutas dos movimentos anticapacitistas hoje.

Corroborando Mello (2020), existem duas interpretações sobre o capacitismo. A primeira é vista como discriminação contra a pessoa com deficiência e a segunda entende o capacitismo como estrutural. De acordo com a autora, a primeira interpretação parte do capacitismo como:

... forma de discriminação contra um grupo social específico o das pessoas com deficiência. Está atrelado ao dispositivo da “capacidade compulsória” que hierarquiza e induz pessoas com deficiência a almejam padrões de aparência e de funcionalidade implicados no ideário de um corpo “saudável”, “belo”, “produtivo”, “funcional”, “independente” e “capaz” (Mello, 2020, p.101).

Na segunda interpretação entende-se, por outro lado, que capacitismo é “concebê-lo como uma estrutura, ou seja, uma normatividade corporal e comportamental baseada na premissa de uma funcionalidade total do indivíduo” (Mello, 2020, p.101).

Ao buscarmos no dicionário o significado da palavra discriminar encontramos: “Tratar de forma injusta ou desigual uma pessoa ou um grupo de pessoas, por motivos relacionados com suas características pessoais específicas (cor de pele, nível social, religião, sexualidade etc.)” (dicio.com.br, 2023). Já a palavra estrutural tem, entre seus significados: “Relacionado com o que fundamenta alguma coisa, com a base de algo, e não somente com suas características superficiais: análise estrutural do problema” (dicio.com.br, 2023). Portanto, precisamos compreender que o capacitismo não é apenas discriminar as diferenças, ou ter pré-conceito em relação ao que é diferente. Se fosse apenas isso, bastaria conhecermos a pessoa “diferente” e o estranhamento poderia ser dissolvido. Mas a questão estrutural engloba uma dimensão maior e mais profunda.

Mas quando o foco está na questão estrutural, remetemos sobretudo à constituição da pessoa, da educação, da política, economia, trabalho. Estrutura é todo este conjunto que vem sendo historicamente desenvolvido pela humanidade, as bases da existência humana. A estrutura se faz nas relações sociais. Ao encontro de Magalhães (2022), entendemos que é necessário mudar nossa concepção de deficiência, o que se faz alinhado à necessária mudança de concepção de mundo. Uma das saídas seria criar mediações possíveis para que no futuro a forma social não seja mais essa fundada na concepção de mundo capitalista. E a sociedade moderna é o que é hoje, porque foi moldada nas mãos da forma social capitalista, em uma sociedade que preza a competitividade, a meritocracia, a acumulação de riquezas nas mãos de poucos, no qual a pessoa com deficiência ocupa lugares residuais, precarizados e inferiorizados.

Como Mello (2020) afirma: “Aliás, a deficiência e o capacitismo como categorias de análise ampliam o potencial analítico e político de superar hierarquias de opressão sustentadas pela lógica capitalista neoliberal que incide na corponormatividade, na qual a branquitude e a hetero-cis-normatividade estão implicadas!” (p.101). Logo, não podemos falar de capacitismo sem considerarmos a forma social capitalista da sociedade. Enquanto a sociedade permanecer assim, sempre existirá a naturalização do capacitismo.

Ratificando, Böck, Silva, Gomes e Beche (2020) e Mello (2020) ressaltam que essa cultura da normalização resulta em atitudes discriminatórias que inferiorizam as pessoas com deficiência diante de bipolarismos, tais como: superior/inferior, capaz/incapaz, deficiência/eficiência, presença/ausência, capacidade/deficiência, e não enxergam sua interdependência. Contudo, para Mello (2020) essas oposições são resultados de concepções assistencialistas, reducionistas, capacitistas e retroalimentam discursos e práticas sociais que veem a deficiência como oposto de capacidade. Logo, precisamos tensionar e reelaborar o significado de capacidade, pois numa sociedade capitalista a capacidade sempre será aliada ao produtivismo e tenderá para estes bipolarismos.

Por certo, o capacitismo é estrutural e vai se sedimentando junto a processos naturalizantes dessa situação. Parece algo imutável e certo. Mas para que essa estrutura seja tão inabalável, precisamos de muita ideologia para que não olhemos para os processos de produção e reprodução do capacitismo dentro da sociedade. Diante desta naturalização, a sociedade acaba por ter uma concepção do capacitismo apenas como discriminação, este olhar demonstra um entendimento limitado da deficiência voltada ao biologizante e assistencialista.

3 CAPACITISMO E PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO

Na visão de Martins e Monteiro (2020), a naturalização de atitudes capacitistas, juntamente com os ideais de corponormatividade invisibilizam as pessoas com deficiência, mesmo diante de políticas públicas. Assim, diferentes formas de discriminação, inclusive simbólicas, virtuais, entre outras, vão surgindo devido à essa naturalização. Para as autoras, mecanismos de universalização da educação não são garantia de aprendizado, uma vez que há um distanciamento entre as políticas públicas e a realidade das instituições de ensino, principalmente no que se refere aos pré-conceitos e atitudes dos(as) profissionais da educação advindas de concepções capacitistas anteriores. Isto posto, são necessárias mudanças de atitudes e quebras de pré-conceitos estabelecidos e enraizados pela sociedade.

Na mesma esteira, Magalhães (2021) ressalta que a naturalização pode ser entendida como uma ferramenta de manutenção e justificativa para se manter o capacitismo, pois “Ser *natural* e fazer parte da estrutura social é argumento irrefutável” (p.241), cabendo a recorrente justificativa de que sempre foi assim. Para a autora, a partir do nascimento nada mais é natural. A exclusão histórica das pessoas com deficiência consolidou-se num grande empecilho para sua participação na sociedade por acreditarem serem “menos capacitadas”, assim, a não participação acaba por ser naturalizada e entendida como correta.

À vista disso, o capacitismo dentro da escola leva a resistências de várias ordens e ao entendimento da deficiência como problema, sendo a resistência frente à diversidade um dos maiores entraves da educação atual. Por décadas a escola vem focando em uma escolarização calcada em ideais hegemônicos e produção de conhecimentos sistemáticos, deixando de relacioná-los a fatores inerentes à realidade concreta: classe, raça, gênero, deficiência, religião, etnia e orientação sexual. Essa visão que impõe um padrão de “normalidade” está afirmando, no caso dos(as) estudantes PAEEs, que a correção e a medicalização dos corpos faz com que os(as) profissionais da educação enxerguem a deficiência como um problema a mais.

A invisibilidade de todas as pessoas que não se enquadram a este padrão de normalidade pré-estabelecido pela sociedade, inclusive a imagem do(a) estudante perfeito(a) dentro das escolas, é assegurada por impossibilidades dentro dos espaços coletivos, dinâmicas de exclusão marcadas pela naturalização desses processos. É preciso que os espaços escolares compreendam a importância que eles têm com relação a essa lógica, abrindo as portas para novas estratégias e práticas que levam em consideração a historicidade de seus(suas) estudantes, construindo uma formação multicultural e democrática.

Segundo Lima, Ferreira e Lopes (2020),

É fundamental entender que a luta anticapacitista é um fazer de todos, pois quando não rompemos com a estrutura do capacitismo e com os discursos eugenistas que sobrevivem aos novos arranjos legais, não avançamos para um fazer verdadeiramente para todos (p.183).

Destarte, é primordial compreendermos o capacitismo como estrutural e, por consequência, os privilégios das pessoas sem deficiência, que embora não tenham feito nada para que fossem privilegiadas, usufruem desta condição. É por isso que se faz necessário sairmos dessa zona de conforto, que naturaliza os processos capacitistas. Temos que criar possibilidades para a realização de estratégias anticapacitistas, pois essa luta é de todos nós!

Conforme Magalhães

... para tecermos reflexões sobre a luta anticapacitista é preciso que haja uma compreensão para além dessa definição, é necessário um esforço analítico para compreendermos a gênese/movimento da constituição histórica e social do termo. Falar sobre capacitismo requer uma análise sobre a construção social, cultural e histórica da categoria deficiência; passa pelo desvelamento de mecanismos históricos de exclusão e dos processos de produção de invisibilização, inferiorização e estigmatização de pessoas com deficiência. Passa por processos

de ideologização que vêm estruturando e sedimentando pré-conceitos, falsas concepções da realidade acerca das deficiências. (Magalhães, 2022, p. 299)

Então, entendermos a concepção de deficiência trazida pela sociedade, pelos(as) professores(as) e por toda comunidade escolar se torna essencial na luta anticapacitista, visto que o capacitismo é estruturado na sociedade, o que significa que precisamos lidar com ele dentro do IFSP e dentro do campus em questão também. De acordo com Lima, Ferreira e Lopes (2020), a luta anticapacitista inicia, dentro das instituições de ensino, pelo reconhecimento das habilidades e potencialidades das pessoas com deficiência, passando pela apropriação das diversas culturas que possibilitam a aceitação da diversidade. Isso permite que cada um possa ser o que é, quebrando os paradigmas tanto da escola como da educação especial, promovendo transformações no currículo de ordem comunicacional, metodológica e principalmente atitudinal.

Para as autoras, o anticapacitismo no ambiente escolar provoca a participação de toda comunidade escolar envolvida, assim como a sociedade, a se dedicar a ações e atitudes acolhedoras e de justiça social. Logo, considerando a intenção do regulamento do NAPNE do IFSP de conscientização e quebra de barreiras atitudinais, sociais e pedagógicas, trabalhar a questão do (anti) capacitismo torna-se fundamental para alcançar tal objetivo. Precisamos criar estratégias anticapacitistas e ações para impulsionar o debate, sendo a formação docente continuada e crítica um possível caminho a ser trilhado.

4 MODELO MÉDICO X MODELO SOCIAL

Para compreendermos o capacitismo precisamos entender a historicidade e significações vividas na sociedade, que envolvem esse conceito e outros relacionados a ele. Importante conhecermos o modelo médico também, que por décadas foi o único implementado e ainda paira sobre a sociedade atual, além de entendermos o conceito de deficiência apresentado pelo modelo social, que nos provoca a pensar em estratégias de superação do modelo médico.

No modelo médico a deficiência encontra-se no corpo da pessoa, sendo de responsabilidade da pessoa com deficiência sua adaptação para participar da sociedade. De acordo com Mello (2020), "... um "problema" individual, objetivando-se a cura ou a medicalização do corpo" (p.99).

Na visão de Magalhães (2022), a sociedade ainda vê a pessoa com deficiência sob uma ótica do modelo médico, um corpo que precisa ser consertado, reabilitado. A deficiência é associada à doença, uma tragédia pessoal, algo repugnante, indesejável, falha da própria pessoa ou de sua família. Conforme Angelucci (2014), este modelo é baseado na medicalização em vista a normalidade de um corpo, que necessita de ajustes e é passível de controle com a intenção de transformar todos em corpos normais, conhecidos e previsíveis, deixando de lado quaisquer questões sociais, tanto estética como funcional, naturalizando assim as concepções de um corpo ideal.

Diferentemente do modelo social, o modelo médico tem um olhar restrito à deficiência e ao biológico, excluindo a raiz cultural que caracteriza uma pessoa, tornando sua deficiência de ordem individual. Outro fenômeno presente no modelo médico, apresentado pela autora, é o da *patologização*. Por consequência, uma diferença ou característica da pessoa com deficiência, que é própria da sua singularidade, do seu estilo, é vista e classificada como patológica e não como própria do ser humano(a).

Lima, Ferreira e Lopes (2020) afirmam que as concepções do modelo médico estão tão enraizadas e estruturadas na sociedade que levam ao capacitismo. Para as autoras, o capacitismo determina modos de vida das pessoas com e sem deficiência. Conforme Angelucci (2014), "com naturalidade, fixamos a identidade de uma pessoa, deixando de considerar seu gênero, sua sexualidade, sua classe social, sua pertença cultural, e tomando-a como deficiente" (p.121). Criamos assim, um grupo homogêneo de pessoas que se baseia na falta de algo e na busca pela normalidade, deixando de lado toda a trajetória da pessoa, suas experiências, sua cultura.

Martins e Monteiro (2020) afirmam que o modelo médico, ou seja, a lesão biológica como elemento central, além de ser capacitista, deixa em segundo plano a questão pedagógica no meio educacional. Para Angelucci (2014), a submissão da educação ao modelo médico está presente no dia-a-dia das escolas e nas atitudes e discursos presentes no processo de ensino-aprendizagem, que conseqüentemente determinam a trajetória escolar e até mesmo as relações pessoais e culturais da pessoa com deficiência. A autora ressalta que o número de professores(as) que se sentem incapazes de lecionar a estudantes PAEE e que buscam formações voltadas às condições patológicas, como conhecer as causas, características e comorbidades de uma dada deficiência como sendo fundamental para a aprendizagem deste(a) estudante, mas não é! Como afirma Angelucci (2014), são educadores(as) que deixam de lado suas experiências e formação pedagógica, em busca de formação voltada ao campo da saúde, legitimando o modelo médico em detrimento dos saberes educacionais, sendo esse processo, por fim, uma consequência do projeto político pouco inclusivo proposto nas escolas.

Já o modelo social da deficiência teve início, segundo Alves e Moraes (2019), por meio de movimentos sociais na África do Sul, se estendendo para outros países de língua inglesa na Europa a partir da segunda metade do século XX. Suas reivindicações incluíam a participação das pessoas com deficiências nas questões políticas voltadas a elas. Um marco importante, pois a pessoa com deficiência deixa de ser vista sob um olhar assistencialista, de caridade e individualização e passa a fazer parte das políticas públicas, do coletivo. A deficiência passa a ser reconhecida como uma questão social.

No Brasil, a partir da Convenção da ONU de 2006 a deficiência passa a ter um novo olhar voltado ao modelo social, sendo vista como uma consequência do meio social, resultado das relações, da convivência entre as pessoas.

De acordo com Mello (2020) neste modelo, “... a deficiência não se encerra no corpo, ela é o produto da relação entre um corpo com impedimentos físicos, visuais, auditivos, intelectuais ou psicossociais e um ambiente incapaz de prover acessibilidade” (p.99). Assim sendo, a deficiência deixa de ser responsabilidade da pessoa que precisa se adaptar à sociedade e passa a ser uma questão de justiça social de responsabilidade de órgãos públicos e da sociedade como um todo.

Segundo Martins e Monteiro (2020), o modelo social abarca os princípios dos direitos humanos ao reconhecer que as limitações sofridas pelas pessoas com deficiência são de ordem social e ao compreender a deficiência como condição humana, e como tal, tendo suas particularidades e subjetividades. Magalhães (2022) afirma, com base na supracitada Convenção Internacional da ONU, que o conceito de deficiência precisa ser entendido como um conceito em evolução, que vem sendo construído a partir de movimentos e lutas em prol de uma sociedade mais justa frente às diferentes desigualdades.

Conforme Alves e Moraes (2019), a sociedade em que vivemos é excludente e oprime a diversidade dos corpos. O modelo social se mostra como um modelo de resistência e luta contra o modelo médico, até então sendo o único a ser considerado. Para Mello (2020) o conceito de deficiência, que no modelo médico era visto como sinônimo de incapacidade e limitação, acarretando noções como falta, perda e déficit, no modelo social o entendimento passa por utilizar e compreender os termos deficiência e pessoa com deficiência sem nenhuma ressalva, e sim com orgulho, reconhecendo a deficiência como uma característica e não mais como um problema a ser corrigido.

Ao olhar para a educação, Martins e Monteiro (2020) apontam para um modelo social que considera os direitos humanos e a diversidade, no qual os limites da deficiência são vistos como produto da organização e das relações vividas na sociedade. Em conformidade, Lima, Ferreira e Lopes (2020) ressaltam a necessidade das ações e práticas de sala de aula estarem articuladas a um plano político pedagógico acessível que reconheça todos(as) estudantes em sua singularidade e façam parte de um coletivo. Angelucci (2014) destaca a importância de considerarmos as especificidades educacionais de cada estudante e a necessidade de diferentes serviços, estratégias e formações docentes para promover uma educação igualitária ao invés de “mumificar

a partir da reinvenção cotidiana do fracasso escolar, suportado pela indústria de criação e emissão de diagnósticos no campo da aprendizagem e do comportamento” (Angelucci, 2014, p.125). Logo, é preciso nos reinventarmos, estarmos dispostos(as) a construirmos e experimentarmos novas formas de ensinar e acima de tudo cultivarmos uma escola que não faz juízo de valores e classifica seus(suas) estudantes, como comumente ainda fazemos.

A quebra de (pré)conceitos capacitistas dentro do ambiente escolar é fundamental. É mais que urgente o rompimento de paradigmas hegemônicos que não consideram as diferenças e diversidades, prevalecendo a transmissão de conhecimento, deixando de lado sua história, suas relações, seus vínculos familiares, questões sociais e a dignidade humana. Assim, Angelucci levanta questões que apontam problemas diante desta naturalização do capacitismo dentro dos espaços escolares, as quais aqui ficam para autorreflexão:

Como estimular processos de aprendizagem se o que conforma o nosso olhar para essa população é o que lhes falta para ser normal e saudável? Como pedir de um(a) educador(a) a criação de processos de desenvolvimento, se o(a) ensinamos, desde muito cedo em sua formação básica, a considerar esses sujeitos como portadores de incapacidades? Mais uma vez explicitamos: como pensar em um projeto de apropriação crítica da produção cultural por parte de pessoas sobre quem apenas a Saúde tem a dizer, pois são marcadas – estigmatizadas, em verdade – por um suposto estado patológico constante e estático? (Angelucci, 2014, p. 124)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação da pessoa com deficiência na sociedade encontra barreiras sociais estruturadas, que acarretam em falsas concepções de inferioridade e incapacidade das pessoas com deficiência. Essas concepções levam à naturalização deste cenário, conduzindo assim ao capacitismo. Além disso, o modelo médico faz com que tenhamos uma visão errônea da realidade que encaramos como natural, tendo consequências excludentes diante dos processos de invisibilização que geram falta de questionamentos a afirmações hegemônicas sobre o que concebemos sobre ser humano(a). Um modelo classista, hegemônico, padronizado e higienista, que ainda pode ser visto na sociedade como um todo, e, conseqüentemente, dentro da escola.

Não obstante, precisamos compreender a necessidade de combatermos dentro das escolas as seguintes questões: a padronização do corpo, que por si só já coloca o corpo com deficiência como inferior aos olhos da sociedade; e a necessidade de corrigirmos o corpo “errado” ao invés de aceitarmos a diversidade. A deficiência precisa ser vista para além de uma questão biomédica, que engloba uma série de determinações e barreiras sociais que impedem ou impossibilitam a sua participação na sociedade, entendendo que precisamos quebrar barreiras não apenas arquitetônicas, mas sociais, comunicacionais, educacionais e atitudinais. Diante disso, as diferenças não podem mais ser encaradas como sinônimo de inferioridade ou superioridade, mas sim entendidas como próprias das pessoas e que denotam tão somente uma das características de seres humanos. Por isso torna-se primordial e urgente descortinar o capacitismo dentro das escolas, que em sua maioria passa despercebido e acaba sendo silenciado nas práticas e políticas educacionais.

Portanto é essencial proporcionarmos momentos de reflexões que oportunizem a crítica e a autocrítica acerca do modelo médico e do capacitismo estruturado na sociedade, para que barreiras reais e ideológicas comecem a ser desconstruídas, para que possamos compreender a pessoa além das limitações biológicas, reconhecendo suas particularidades e singularidades, rompendo com os pré-conceitos capacitistas.

A escola precisa entender seu papel em busca da desconstrução da imagem do(a) estudante perfeito(a), considerando novas estratégias e práticas que compreendam a historicidade de seus(suas) estudantes, construindo assim uma formação voltada às relações multiculturais e democráticas. Estas barreiras e desafios encontrados(as) pelos(as) estudantes no contexto dos IFs, à semelhança de qualquer instituição de ensino, precisam ser pensadas e repensadas diuturnamente e coletivamente por todos(as) nós!

Um dos caminhos a ser trilhado é a formação. No entanto, é preciso que as formações deixem de focar em características biologizantes dos(as) estudantes, abordagem centrada principalmente na deficiência, e comecem a buscar por temáticas voltadas às especificidades educacionais ou metodologias diferenciadas que facilitam o ensino-aprendizagem de todos(as) os(as) estudantes.

Alinhada com essa percepção, as formações dos(as) professores(as) referentes a área de educação especial devem englobar as especificidades inerentes à deficiência, mas acima de tudo, o processo de aprendizagem e o desenvolvimento dos(as) estudantes nas relações de ensino, bem como as políticas que embasam a educação inclusiva, atendendo às demandas reais de cada estudante e de cada situação encontrada. Saindo assim, dos contextos de improviso, sem um planejamento acessível e com atividades não adaptadas, mesmo quando necessário. Embora não se possa deixar de lembrar que a apropriação de um novo referencial teórico e uma nova concepção da deficiência referente ao modelo social é um processo lento, demanda tempo e um continuado processo de apreensão desta realidade. Isto posto, as formações devem levar em conta esse caminho de apropriação do novo.

Por conseguinte, é preciso fortalecer o NAPNE enquanto espaço formativo, partindo de reflexões sobre as práticas educativas reais dentro da instituição. Destarte, criar um espaço colaborativo, onde se partilham os problemas, pontos de vista, experiências exitosas, significados e bases teóricas, ou seja, oportuniza espaços de reflexão que levam à melhoria da qualidade da educação e à busca de um espaço inclusivo. As formações precisam oportunizar a todos(as) os(as) envolvidos(as) no processo de escolarização a possibilidade de reflexão sobre sua própria prática, ser capaz de olhar o contexto que vivencia e elaborar estratégias inclusivas.

Outro ponto fundamental é que a luta anticapacitista na escola esteja atrelada às outras lutas oriundas de discriminações como: classe, cor, sexo, sexualidade, idade, etnia, entre outras. Dito isso, é preciso que as instituições de ensino desenvolvam novas formas de olhar para a sociedade e para a educação, e essa abordagem tem que ser multidimensional, ou seja, não pode ser construída a partir de uma única dimensão, tem que ser multidimensional no sentido de considerar categorias que estão inter-relacionadas. Do mesmo modo, é primordial que a luta anticapacitista seja interseccional e coletiva, a fim de criarmos mecanismos que visem a participação plena das pessoas com deficiência na sociedade.

Todos estes desafios a serem vencidos partem primeiramente da necessidade de conscientização do conceito da deficiência voltado ao modelo social, não limitando aos aspectos biomédicos e biológicos, mas sim a todo o contexto social e cultural. A partir dessa conscientização, os(as) servidores(as) do campus serão capazes de proporcionar reflexões críticas que possam levar a mudanças de atitudes, ou seja, a criação de novos paradigmas escolares que reconheçam as diferenças.

Em suma, para que os ambientes educacionais se tornem inclusivos é urgente e basilar que se faça uma reestruturação escolar completa. Desse modo, para que essas transformações ocorram é preciso que as instituições compreendam suas responsabilidades com cada um dos(as) estudantes, com a luta para eliminação do preconceito e discriminações, além de ofertar formação aos(as) servidores(as), assim como investir em recursos materiais e humanos, como na contratação de profissionais especializados. Ademais, o trabalho com a conscientização e discussões sobre o capacitismo de toda comunidade escolar deve ser permanente e contínuo, pois não é algo que já esteja claro e certo. Todo mundo já sabe o que é capacitismo e pronto!? Ninguém mais vai praticar!? Não! Há que ser uma formação contínua, um processo de humanização que nunca se esgota, motivação que enfatiza a relevância e a necessária intencionalidade de se fazer uma pesquisa junto a um NAPNE dentro do IFSP.

REFERÊNCIAS

- Alves, C. A. & Moraes, M. (2019). Proposições não técnicas para uma acessibilidade estética em museus: uma prática de acolhimento e cuidado. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 19(2), 484-502. Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/44287/30185>
- Angelucci, C. B. (2014). Medicalização das diferenças funcionais – continuismos nas justificativas de uma educação especial subordinada aos diagnósticos. *Nuances: Estudos sobre Educação*, 25(1), 116-134. doi: <http://dx.doi.org/10.14572/nuances.v25i1.2745>
- Bardin, L. (1977/2016) *L'Analyse de Conremt* [Análise de Conteúdo]. (L. A. Reto & A. Pinheiro Trad.). *Presses Univcrsitaires de France* - Edições 70.
- Böck, I. K. & Silva, S. C. da & Gomes, D. M. & Beche, R. C. E. (2020). Estudos da deficiência na educação: reflexões sobre o capacitismo no Ensino Superior. In Gesser, M. & Böck, L. K. & Lopes, P. H. (Org), *Estudos da deficiência: antipacitismo e emancipação social* (pp.211-226). Curitiba: CRV.
- Discriminar (2023). In *Dicionário Online de Português*, Recuperado <https://www.dicio.com.br/discriminar/>
- Estrutural (2023). In *Dicionário Online de Português*, Recuperado <https://www.dicio.com.br/estrutural/>
- Lima, E. B. de & Ferreira, S. de M. & Lopes, P. H. (2020). Influências da eugenia na legislação educacional Brasileira: as produções capacitistas na educação especial. In Gesser, M. & Böck, L. K. & Lopes, P. H. (Org), *Estudos da deficiência: antipacitismo e emancipação social* (pp.165-188). Curitiba: CRV.
- Magalhães, L. de O. R.(2021). *A Dimensão Subjetiva dos Processos de Inclusão Escolar no Movimento da Pesquisa-Trans-Formação* [Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo].
- Magalhães, L. de O. R. (2022). Luta antipacitista à luz dos pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Sócio-Histórica. In Bock, A. M. B. & Rosa, E. Z. & Gonçalves, M. G. M. & Aguiar, W. M. J. (Org). *Psicologia sócio-histórica: contribuições à leitura de questões sociais* (pp. 299-314). São Paulo: EDUC – PIPEq.
- Martins, J. S. dos S. & Monteiro, J. L. (2020). Contribuições da ética do cuidado para a construção de práticas de coensino emancipatória. In Gesser, M. & Böck, L. K. & Lopes, P. H. (Org), *Estudos da deficiência: antipacitismo e emancipação social* (pp.189-210). Curitiba: CRV.
- Mello, A. G. de. (2016). Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(10), 3265-3276. doi: <https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.07792016>
- Mello, A. G. de. (2020). Corpos (in) capazes. *Jacobiin Brasil*, edição especial, 99-102.